



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 2025

(Do Sr. Marcos Pollon).

Requer informações da Excelentíssima Ministra da Cultura, Sr<sup>a</sup>. Margareth Menezes, para prestar esclarecimentos a respeito dos gastos públicos com a restauração dos objetos e bens danificados no Palácio do Planalto e em outros órgãos públicos, em decorrência dos atos de vandalismo ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023, conforme amplamente noticiado pela mídia.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam fornecidas informações e esclarecimentos a respeito dos gastos públicos com a restauração dos objetos e bens danificados no Palácio do Planalto e em outros órgãos públicos, em decorrência dos atos de vandalismo ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023, conforme amplamente noticiado pela mídia<sup>1</sup>.

A recuperação de bens culturais e históricos danificados em eventos como o de 8 de janeiro de 2023 é de extrema importância para a preservação do patrimônio público e cultural do Brasil. No entanto, é necessário que esses gastos sejam realizados de forma

<sup>1</sup> <https://revistapoder.uol.com.br/2025/01/08/governo-revela-custos-da-recuperacao-de-obras-do-planalto>  
<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/senado-gastou-mais-de-r-23-milhoes-para-restaurar-itens-depredados-no-8-de-janeiro>  
<https://guaiba.com.br/2025/01/08/8-1-completa-dois-anos-com-reparos-em-andamento-e-gastos-que-superam-os-r-26-milhoes>





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

transparente, seguindo os princípios da administração pública e com a devida fiscalização.

Dessa forma, solicito as seguintes informações detalhadas:

1. Quais foram os valores totais alocados pelo Ministério da Cultura para a restauração dos bens afetados pelos atos de vandalismo, incluindo peças históricas, artísticas e patrimoniais, como o relógio Balthazar Martinot?
2. Quais empresas ou profissionais especializados foram contratados para realizar as restaurações desses bens? Foi realizado processo licitatório para a contratação dessas empresas ou houve dispensa? Caso tenha sido dispensada a licitação, qual a justificativa legal para tal dispensa?
3. Qual o custo estimado para a restauração de cada item danificado? O valor da restauração do relógio Balthazar Martinot está dentro dos padrões de mercado para esse tipo de reparação?
4. Foram seguidos os critérios de economicidade, eficiência e transparência na contratação dos prestadores de serviços? O Ministério da Cultura realizou algum processo de auditoria interna para acompanhar os gastos?
5. O Ministério da Cultura solicitou a participação ou supervisão de órgãos de controle, como a Controladoria-Geral da União (CGU) ou o Tribunal de Contas da União (TCU), na fiscalização das obras de restauração?
6. Qual é o cronograma de execução das restaurações? A conclusão dessas obras está prevista para quando, e todos os itens danificados já foram ou estão previstos para ser restaurados?
7. Houve algum acompanhamento específico das etapas de restauração para garantir que os procedimentos seguissem as melhores práticas de preservação do patrimônio histórico e cultural?





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 12/03/2025 12:10:40.883 - Mesa

RIC n.760/2025

8. Quais os critérios técnicos utilizados pelo Ministério da Cultura para avaliar o valor e a importância dos bens que necessitaram de restauração, priorizando a utilização de recursos públicos?
9. Foram previstos recursos adicionais para possíveis reparações futuras, caso surjam danos não identificados ou imprevistos no processo de restauração?
10. Há planos do Ministério da Cultura para tornar públicos os relatórios financeiros e técnicos relacionados a essas restaurações, a fim de garantir a transparência perante a sociedade brasileira?

### JUSTIFICATIVA

O controle e a transparência na aplicação dos recursos públicos são pilares fundamentais da administração pública, especialmente em um momento em que o Brasil enfrenta desafios econômicos e sociais. Os valores gastos na restauração de bens danificados durante os atos de 8 de janeiro de 2023 suscitam questionamentos relevantes que precisam ser devidamente esclarecidos à sociedade brasileira.

A restauração de itens como o relógio Balthazar Martinot, uma peça histórica de inestimável valor cultural, envolve custos significativos e processos técnicos específicos. Contudo, é essencial garantir que tais procedimentos sejam conduzidos com observância aos princípios constitucionais da eficiência, economicidade e moralidade administrativa.

A escolha de prestadores de serviços para essas restaurações deve obedecer critérios claros e transparentes, preferencialmente por meio de licitação pública, salvo nos casos em que a dispensa seja devidamente justificada. Qualquer indício de irregularidade ou favorecimento pode comprometer a legitimidade dos gastos e a confiança da população nas instituições.

Os recursos públicos empregados nessas restaurações pertencem à sociedade e, portanto, devem ser geridos de maneira responsável. O esclarecimento sobre os valores pagos, bem como a identificação das empresas ou profissionais contratados, é





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 12/03/2025 12:10:40.883 - Mesa

RIC n.760/2025

indispensável para assegurar que não houve superfaturamento ou qualquer tipo de má gestão.

Além disso, a participação de órgãos de controle como a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU) é essencial para garantir a fiscalização de todas as etapas dos processos. Caso essas instituições não tenham participado ativamente, justifica-se a necessidade de auditorias específicas para analisar a regularidade das despesas realizadas.

A preservação do patrimônio histórico e cultural é um dever do Estado, mas deve ser conduzida sem prejuízo do rigor na aplicação dos recursos. A destinação de verbas públicas para a recuperação de obras de arte e bens culturais deve ser equilibrada com outras prioridades nacionais, como saúde, educação e segurança pública.

As informações solicitadas também são importantes para avaliar se os gastos foram compatíveis com a urgência e a gravidade da situação enfrentada, especialmente considerando o impacto das depredações para a integridade das instituições democráticas.

A transparência nesse processo não apenas fortalece a democracia, mas também reafirma o compromisso das autoridades públicas com a ética e o respeito ao contribuinte. O esclarecimento desses pontos é fundamental para evitar interpretações equivocadas, promovendo um debate mais qualificado sobre a gestão do patrimônio público.

Além disso, a recuperação de bens ainda não restaurados deve ser acompanhada de cronogramas claros e valores estimados, de forma a garantir a conclusão das intervenções com eficiência e previsibilidade.

Por fim, este requerimento também busca fomentar o fortalecimento das instituições de controle e o aperfeiçoamento dos mecanismos de fiscalização no uso dos recursos públicos, prevenindo eventuais desvios e assegurando que o dinheiro do contribuinte seja empregado de maneira responsável e eficiente.

A sociedade brasileira tem o direito de saber como são utilizados os recursos arrecadados por meio de tributos e se tais investimentos estão alinhados às reais





# **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon**

necessidades da população. Somente com acesso à informação é possível construir uma administração pública verdadeiramente transparente e comprometida com os princípios republicanos.

O presente requerimento, portanto, não visa apenas apurar responsabilidades ou identificar possíveis falhas, mas também colaborar para o aperfeiçoamento da gestão pública e a promoção de uma cultura de responsabilidade fiscal e administrativa.

Diante do exposto, considera-se indispensável que o Poder Executivo forneça as informações requeridas, contribuindo para o fortalecimento da confiança da sociedade nas instituições democráticas e na gestão responsável do patrimônio público.

Certos da compreensão e do compromisso desta Casa Legislativa com a fiscalização de interesse público, solicito a inclusão deste requerimento na pauta de deliberações para que possamos avançar na busca por respostas e soluções.

Sala das Sessões, em 08 de janeiro de 2025.

**Deputado Federal Marcos Pollon**

**PL-MS**

Apresentação: 12/03/2025 12:10:40.883 - Mesa

**RIC n.760/2025**

